

JOSÉ COLAÇO *

“UM BRASILEIRO EM TERRAS PORTUGUESAS”:
PEQUENO RELATO SOBRE ETNOGRAFIA E ALTERIDADE¹

Entre os meses de outubro de 2010 e julho de 2011 tive a oportunidade de participar da primeira missão de estudos do Convênio Capes-FCT. Neste período, fui recebido pela equipe do Centro de Estudos Sociais da Universidade Nova de Lisboa e realizei pesquisa empírica de caráter etnográfico na Carrasqueira – povoado de pescadores e agricultores localizado na costa central portuguesa. O presente relato visa apresentar reflexões pontuais sobre esta experiência de deslocamento, destacando algumas situações ocorridas durante o trabalho de campo, nas quais fui surpreendido com etiquetas e códigos culturais significativamente diferentes daqueles que faziam parte de minha socialização como brasileiro e como antropólogo. Palavras-chave: Relato de viagem; etnografia; alteridade.

* Bolsista de pós-doutorado Fapej no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF) e pesquisador associado ao Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa (Nufep-INCT-InEAC/UFF).

¹ O título deste texto é uma paráfrase do livro de Gilberto Freyre *Um Brasileiro em Terras Portuguesas*. O volume reúne, entre outras coisas, conferências e discursos do sociólogo brasileiro em Portugal em algumas de suas colônias, ainda nos primeiros anos da década de 1950. Seu conteúdo gira em torno de comparações e aproximações entre as culturas brasileira e portuguesa sob os mais variados temas, tais como política, história, literatura, culinária, cultura material e personagens que estabelecem algum tipo de relação entre estes dois contextos nacionais. (Cf. FREYRE, 1953)

INTRODUÇÃO

“As viagens, para o comum dos viajantes, é um desperdício de emoções; para o etnógrafo é um acúmulo de experiência”. Esta frase, escrita pelo professor Castro Faria em artigo publicado na *Revista Vida* no ano de 1942 e republicado décadas depois em *Antropologia – Escritos Exumados vol. 02*, apenas fez sentido para mim quando estive durante quase 10 meses em Portugal. Isto porque entre os meses de outubro de 2010 e julho de 2011 tive a oportunidade de participar da primeira missão de estudos do Convênio Internacional Capes-FCT.²

Desde que iniciei o doutoramento em Antropologia na Universidade Federal Fluminense, no ano de 2007, professores e colegas mais experimentados chamavam a atenção para a importância de um estágio no exterior – onde quer que fosse – neste período de formação profissional. Ouvi de muitos deles que a experiência de deslocamento, intensificada pela viagem, e a permanência de média ou longa duração em outro contexto nacional eram capazes de imprimir mudanças significativas nas percepções sobre as relações sociais de um modo amplo e, ao mesmo tempo, poderiam contribuir para meu amadurecimento como pesquisador. Tudo isso decorrente do *estranhamento* ao qual o antropólogo é submetido quando está “longe de casa” – movimento já bastante aventado pela teoria antropológica.³ Até meados de 2010, ou seja, por volta do terceiro ano de doutoramento, eu não havia experimentado o tal deslocamento.

Minha incorporação como bolsista sanduíche do Convênio Capes-FCT foi um tanto ou quanto inusitada. Na realidade, um membro do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa que constava como participante do projeto, tal como foi aprovado, talvez não pudesse viajar para Portugal e acabei sendo incorporado emergencialmente a esta missão de estudos.⁴ Dessa forma, e de modo inesperado – pois naquela altura a participação em um estágio internacional não fazia parte de meus planos –, aceitei a ideia, sem pensar muito em suas consequências práticas. A primeira tarefa foi elaborar um plano de trabalho que tivesse ligação com o projeto aprovado no convênio. Assim, escrevi uma proposta de trabalho que colocava em evidência

² O convênio teve o projeto intitulado *Modernidade e Justiça: controvérsias, causas públicas e participação política numa perspectiva comparada Portugal/Brasil*, aprovado no final de 2009, e conta com a coordenação do prof. Roberto Kant de Lima na parte brasileira e com o prof. José Manuel Resende, responsável por coordenar a parte portuguesa.

³ MATTA, 1978; VELHO, 1978; SIMMEL, 1983.

⁴ Tratava-se de Frederico Policarpo, meu colega de pós-graduação. Ele, naquele momento, buscava financiamento para sua pesquisa junto a outras instituições de fomento internacionais, pois tinha interesse em desenvolver etnografia comparativa nos Estados Unidos ou na Holanda. A provável desistência de Frederico em viajar para Portugal – que logo seria confirmada com a aprovação de sua bolsa para os Estados Unidos – acabou me dando a possibilidade de viajar em seu lugar.

minha problemática de pesquisa no Brasil, com o objetivo de verificar se questões semelhantes às que eu acompanhava aqui também ocorriam por lá. Meu propósito com a pesquisa empírica em Portugal era compreender como se desenrolavam as relações entre grupos de pescadores artesanais e órgãos oficiais preocupados com a preservação ambiental naquele país.

Passado o momento inicial de euforia pela aquisição da bolsa, me percebi em uma situação semelhante àquela narrada por Roberto DaMatta (1978) sobre os momentos que antecedem um deslocamento territorial de longo prazo para a elaboração de uma etnografia:

[...] A pergunta, então, não é mais se o grupo X tem ou não tem linhagens segmentadas, à moda dos Nuer, Tallensi ou Tiv, ou se a tribo Y tem corridas de tora e metades cerimoniais, como os Krahó ou os Apinayé, mas de planejar a quantidade de arroz e remédios que deverei levar para o campo comigo. Observo que a oscilação do pêndulo da existência para tais questões – onde vou dormir, comer, viver – não é nada agradável. Especialmente quando nosso treinamento tende a ser excessivamente verbal e teórico, ou quando somos socializados numa cultura que nos ensina sistematicamente o conformismo, esse filho da autoridade com a generalidade, a lei e a regra [...].⁵

Eu não iria ao encontro de uma tribo indígena desconhecida e isolada. Iria para Lisboa. Não viajaria, tampouco, em busca de um grupo humano que não falasse minha língua. Até onde sabia, qualquer povoado de pescadores em Portugal deveria praticar o português. Levar arroz não era uma preocupação, pois presumia que a bolsa consistia em valores monetários suficientes para minha estada, alimentação, deslocamento entre outras coisas.

Os dias seguintes à notícia da viagem, entretanto, foram angustiantes. O *período prático* da pesquisa obriga o etnógrafo a imaginar “o que vai ser lá”, mas, sobretudo, exige que ele organize o seu mundo objetivo e subjetivo antes de partir. Subitamente, me vi ocupado em resolver as mais variadas coisas: o que fazer com meu apartamento alugado no Rio de Janeiro, como tirar o visto de residência temporária, procurar apartamento a distância, entender regras, prazos e valores relativos à bolsa Capes etc. Organizar o mundo prático não é uma mera coordenação de tarefas. É, de certa forma, perceber que nosso mundo seguro e conhecido está se desconstruindo. É a parte inicial do processo de deslocamento.

Relatar aqui a experiência que vivi durante o período de residência em Portugal é uma tarefa difícil. Quando se está em ambiente desconhecido

⁵ MATTA, 1978, p. 24-25.

– morando em uma nova cidade e em um outro contexto nacional –, e quando tudo o que é familiar e cotidiano é deixado para trás, atividades simples como ir ao supermercado ou utilizar o transporte público se revelam situações privilegiadas de observação da vida em sociedade. Do mesmo modo, no contexto da pesquisa etnográfica propriamente dita, também tive que lidar com situações e procedimentos muito distintos daqueles com os quais eu estava acostumado no Brasil no trabalho junto aos pescadores artesanais do norte-fluminense. Por isso, nas páginas seguintes, pretendo destacar algumas situações nas quais fui surpreendido com etiquetas e códigos culturais significativamente diferentes daqueles que faziam parte de minha socialização como brasileiro e como antropólogo. O resultado mais detalhado desta experiência está em minha tese de doutorado intitulada *Quanto Custa Ser Pescador Artesanal? Etnografia, relato e comparação entre dois povoados pesqueiros no Brasil e em Portugal*, defendida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense em abril de 2012.⁶

QUEM TEM BOCA VAI À CARRASQUEIRA

Na pesquisa brasileira, me interessei pelas formas através das quais se desenrolam as tensões e os conflitos entre os pescadores artesanais do povoado de Ponta Grossa dos Fidalgos – localizado nas margens da Lagoa Feia –, na região norte do estado Rio de Janeiro, e o Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis). Iniciei a pesquisa com os ponta-grossenses no ano de 2002 e, desde então, tenho acompanhado as práticas pesqueiras e a vida social no povoado fluminense.⁷

O primeiro desafio que a viagem me impunha era encontrar, o mais rápido possível, um povoado de pescadores no qual eu pudesse me fixar temporariamente com o objetivo de elaborar etnografia no modelo parecido com o que tinha realizado no Rio de Janeiro. Esta tarefa, no entanto, não foi simples. Em primeiro lugar, porque eu não conhecia nada, *a priori*, sobre pescadores portugueses. Além disso, acompanhar de perto a vida social de um grupo de pessoas não é uma atividade que depende só da competência e dos “motivos genuinamente científicos” do antropólogo.⁸ É preciso, so-

⁶ Pesquisa orientada pelo prof. Roberto Kant de Lima, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, e coordenador do INCT-InEAC/UFF.

⁷ A etnografia sobre os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos gerou as seguintes publicações até o momento: COLAÇO & VOGEL (2005); COLAÇO (2006); VALPASSOS & COLAÇO (2006); COLAÇO et al. (2007); COLAÇO (2010a); COLAÇO (2010b); COLAÇO (2012).

⁸ Expressão que ficou conhecida com um dos argumentos de B. Malinowski, defendendo o trabalho de campo profissional nas páginas iniciais de seu clássico “Os Argonautas do Pacífico Ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia”. (MALINOWSKI, [1922] 1984)

bretudo, que o grupo coopere com a pesquisa. E, como sabemos, a atitude proativa do grupo em relação à pesquisa não é coisa que se resolve com o conhecimento de manuais ou teorias antropológicas arrojadas. Quando certo grupo social desenvolve antipatia ou desdenho pelo trabalho antropológico, projetos inteiros podem ser enterrados ainda no início.

Durante os meses que antecederam a viagem, estive em contato, por intermédio do prof. José Manuel Resende, com a assistente social portuguesa Cristina Moço – diretora de Serviços, Acção Social e Cooperativa da Mútua dos Pescadores.⁹ Já em Lisboa, após nos conhecermos pessoalmente na sede da cooperativa, Cristina mostrou-se muito interessada em auxiliar a pesquisa, disponibilizando os contatos pessoais que tinha em vários povoados pesqueiros do litoral português. Assim, no início de novembro de 2010, acompanhado de três colegas portugueses, estive pela primeira vez na Carrasqueira – pequeno povoado localizado na costa central do país a cerca de 110km da capital, nas margens do estuário do Sado.

A primeira visita à Carrasqueira foi fundamental para dar início ao trabalho de campo. Cristina Moço havia indicado que eu procurasse Fátima, pescadora e interlocutora da assistente social nos projetos tocados pela Mútua. Na ocasião, encontrei Fátima, que me recebeu de modo muito simpático. O que fez a diferença, no entanto, foi ter conhecido, por acaso, Alexandre no porto da Carrasqueira. “Pai do Céu” – um de seus apelidos – era pescador e ao longo da pesquisa se tornou um dos interlocutores mais próximos, além de ter sido meu “senhorio”, ou seja, durante o trabalho de campo aluguei sua casa para fixar residência no lugar. Morar na casa de um pescador local, ao longo dos meses que passei em campo, foi fundamental para me aproximar de outros pescadores e pescadoras.

SER BRASILEIRO NA CARRASQUEIRA

A Carrasqueira é um povoado com aproximadamente 600 habitantes. Os mais velhos dedicam-se, de modo conjugado, em sua maioria, às atividades pesqueiras e à pequena agricultura. As gerações mais novas desenvolvem atividades variadas no setor de serviços – em especial o turismo, a náutica e a construção civil – na região de Troia, Setúbal e Alcácer do Sal. Acompanhando a tendência europeia, a maior parte das famílias mais jovens tem no máximo dois filhos, e algumas delas não possuem nenhum. Uma rápida caminhada pelas ruas asfaltadas do povoado revela que se trata de um lugar no qual a pesca, a agricultura e o turismo – devido ao número de restaurantes e da oferta de casas e quartos para alugar, sobretudo no

⁹ A Mútua trata-se de uma cooperativa de seguros na área das pescas e dos assuntos marítimos, com atuação em todo o território português.

verão – são as atividades sociais e econômicas predominantes. Em relação à pesca, chama a atenção o fato de que o modelo de companhia historicamente encontrado na Carrasqueira é constituído pelo casal, ou seja, marido e esposa pescam juntos – característica que singulariza a pesca artesanal no povoado, em contraste com outras aldeias pesqueiras no país.

Nos meses iniciais de meu trabalho de campo, quando eu já estava residindo na Carrasqueira, fui constantemente surpreendido por uma questão: ao me apresentar para os moradores do lugar como pesquisador, vários deles não me identificavam, a princípio, como brasileiro. Muitos carrasqueiros entendiam rápido – por conta do sotaque de meu português – que eu era “estrangeiro”. A nacionalidade correta, no entanto, não era associada com precisão nas primeiras tentativas. Ouvi dos carrasqueiros que eu era espanhol, italiano e até grego. Alguns recebiam com surpresa a notícia de que eu era, na verdade, brasileiro. Com o tempo e conhecimento da maioria dos moradores, a nacionalidade virou inclusive um apelido local. Eu me tornei, aos poucos, o “Zé Brasileiro” – apelido que não apenas me distinguia pela nacionalidade, como também me diferenciava dos outros tantos “Zés” que moravam no lugar.

Cheguei a pensar que esta confusão inicial em torno de minha nacionalidade ocorria por conta do meu biótipo.¹⁰ É comum, em qualquer sociedade e em qualquer tempo, que os estereótipos organizem as representações que os grupos sociais têm uns dos outros. Enunciados como “dinamarqueses são altos e brancos”, “africanos são negros” ou mesmo “mulheres portuguesas têm bigodes” são estereótipos compartilhados com muita naturalidade. É comum, fora do Brasil, sobretudo na Europa, que a figura do brasileiro seja comumente associada a um tipo físico negro ou mulato. Ou seja, meu biótipo parecia mais associável – pelo menos para os carrasqueiros e para alguns lisboetas com os quais conversei – às populações ibéricas ou mediterrâneas.

Os carrasqueiros estão acostumados a lidar *tête-à-tête* com brasileiros. Conheci, por exemplo, um grupo de jovens oriundos do estado de Minas Gerais que trabalhava na construção civil em Troia e Setúbal e residiam na Carrasqueira. Outras três jovens brasileiras eram atendentes nos restaurantes do povoado. Esta questão, que em si não fazia parte de minhas preocupações etnográficas mais centrais, pelo menos me fez pensar, ainda que superficialmente, sobre as relações de classe e “raça” tal como se configuram em países como Portugal. Isso porque para mim, aos poucos, começou a se tornar evidente que na Carrasqueira eu era o único brasileiro branco que desenvolvia atividades profissionais consideradas por

¹⁰ Considerando que sou branco, possuo cabelos pretos e tenho 1,72m de altura.

eles próprios como de “alto nível”. Eu era professor, pesquisador e estava ligado às universidades em Lisboa e no Rio de Janeiro.

Considereei tal situação bastante inusitada, pois nunca imaginaria que, estando na Europa, eu pudesse ser confundido com qualquer outro povo que não fosse brasileiro ou sul-americano. Ao mesmo tempo, esta experiência evidenciou, de algum modo, como parte de meus interlocutores portugueses organizam suas representações acerca dos estrangeiros – sobretudo aqueles oriundos de países que foram colônias por algum tempo. Ainda é muito compartilhada a ideia de que estrangeiros de países pobres ou ex-colônias procurem Portugal para desempenhar atividades subalternas que os próprios “nativos” ou portugueses estabelecidos não desejam fazer. Na prática, para minha etnografia, a confusão em torno da nacionalidade não fez tanta diferença.

Ficou, no entanto, o registro do que a experiência de alteridade pode provocar. A minha presença na Carrasqueira – principalmente nos primeiros contatos – foi suficiente para evidenciar, ainda que nas entrelinhas, as formas subjacentes de classificação das pessoas em estrangeiros, nativos, europeus ou brasileiros, e a hierarquia moral contida nestas representações, tal como estas eram praticadas pelos pescadores portugueses com os quais convivi intensamente nos meses que seguiram.

A SOCIEDADE E SUA OFICIALIDADE

Conforme mencionei anteriormente, meu interesse era compreender como se desenrolavam as relações entre grupos de pescadores artesanais e órgãos oficiais preocupados com a preservação ambiental em Portugal. O projeto desenvolvido no Convênio Capes-FCT, nesse sentido, era um desdobramento de minha pesquisa brasileira. A produção de uma etnografia sobre estas questões – tais como percebidas pelos pescadores carrasqueiros – serviu como contraponto ao material etnográfico produzido sobre os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos no Rio de Janeiro e suas querelas com o Ibama no norte-fluminense e deu origem à já citada tese de doutorado.

Esta temática me levou, evidentemente, a procurar órgãos oficiais e autoridades marítimas em Portugal, assim como fiz com o Ibama no caso da pesquisa brasileira. No caso português, no entanto, minha aproximação com estes órgãos foi motivada – e, por que não dizer, acelerada – por uma demanda dos próprios pescadores carrasqueiros. Mantive interlocução, portanto, com agentes da Direcção Geral de Pescas e Aquicultura, a DGPA, e da Polícia Marítima de Setúbal.

Iniciei a moradia *full time* na Carrasqueira em fevereiro de 2011. Nos últimos meses de 2010, no entanto, alternei semanas inteiras entre o povoado e a capital, Lisboa, onde mantinha um apartamento alugado e assistia aos seminários na Universidade Nova de Lisboa (UNL).¹¹ Minhas idas à Carrasqueira começaram, portanto, no inverno – período no qual a maioria dos pescadores se dedica ao reparo e à preparação dos barcos para a temporada de pesca que se inicia, anualmente, com a entrada do choco no estuário.¹² Mesmo sem muita intimidade com meus interlocutores, não perdia a oportunidade de expor meu desejo de acompanhar as pescarias embarcando com eles como fazia no Brasil. Para minha surpresa, quase todos diziam que isto seria difícil, pois, para estar a bordo, eu deveria ter um documento que permitisse tal feito. A maioria das embarcações da Carrasqueira está matriculada na DGPA. Isso significa que, entre outras coisas, só podem navegar com a quantidade de tripulantes indicada no documento da embarcação. Além do mais, por se tratar de uma licença para desenvolver somente atividades profissionais, os tripulantes têm que ser pescadores ou mariscadores e também precisam ser cadastrados no órgão.¹³

Inicialmente, não levei a sério a exigência de meus interlocutores. Julguei que se tratava de mero descaso pela pesquisa, por parte de alguns, ou uma forma de interromper a interlocução por parte de outros. Meu julgamento estava baseado em anos de trabalho de campo na Lagoa Feia, nos quais nunca me foi solicitado, pelos pescadores de lá, o porte de nenhum documento. Ouvei argumentos como:

Zé[i], podes fazer qualquer pergunta sobre as pescas e outros assuntos. Mas não posso levá-lo embarcado. Se a Polícia Marítima nos pegar, eu levo uma coima [multa] das grandes, porque tu não tens autorização para estar no barco.

Resolvi, portanto, providenciar algum tipo de autorização para poder embarcar com os carrasqueiros e ver, de perto, as atividades pesqueiras, além de observar como se estabelecia a relação entre eles e a Polícia Marítima. Para isso, me dirigi até a Capitania dos Portos de Setúbal no intuito de me

¹¹ Tratava-se dos seminários de Pós-graduação em Sociologia oferecidos pelo prof. José Manuel Resende na Universidade Nova de Lisboa.

¹² São identificados como Moluscos Marinhos da classe *Cephalopoda*, ordem *Sepiida*, de acordo com a taxonomia empregada pela biologia marinha. Para os carrasqueiros, no entanto, são classificados como peixe. Apresentei alguns dados sobre esta problemática classificatória na tese de doutorado e em comunicação intitulada *É peixe ou não é? Notas sobre a classificação dos animais em uma aldeia de pescadores em Portugal*, proferida por ocasião do Seminário "Formas Elementares da Vida Religiosa: 100 Anos Depois", organizado pelo Núcleo de Estudos do Oriente Médio (Neom/UFF) na Universidade Federal Fluminense em 4 de dezembro de 2012.

¹³ Em Portugal, a cédula de pescador profissional, nas suas variadas modalidades, só é emitida após a feitura e conclusão de cursos no Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar, o FOR-MAR. Já para o caso do marisqueiro, os pedidos de licença têm que ser encaminhados diretamente para a DGPA.

apresentar como pesquisador e solicitar uma licença.¹⁴ Em 18 de março de 2011, fui atendido por uma agente da Capitania. Expliquei o objetivo de minha visita. Deixei cópias de vários documentos, tais como passaporte, visto de residência temporária, carteira da associação profissional do Brasil e o projeto de pesquisa que estava desenvolvendo. A Capitania me concedeu licença para “embarcar em diversas embarcações de pesca da Carrasqueira, tendo como finalidade a recolha de dados para realização de trabalho antropológico” – documento válido até o final do mês de junho daquele ano.

A agente me instruiu que toda vez que eu fosse embarcar com os carrasqueiros era necessário avisar, via e-mail ou pelo telefone, à Capitania o número de matrícula do barco, o horário de saída, bem como o nome de seu proprietário. Argumentei com a senhora que isso seria difícil por dois motivos. Em primeiro lugar, porque meu acesso à internet na Carrasqueira era muito limitado. O sinal da banda larga chegava ao povoado com baixa intensidade e era comum passar dias sem acessar a rede. Além disso, expliquei que um trabalho etnográfico tem caráter imprevisível. Eu poderia acertar uma saída para o estuário na ocasião de um café, tarde da noite, e zarpar com os pescadores na mesma madrugada – o que impossibilitaria o envio das informações no horário de funcionamento da Capitania.

Meus argumentos não foram suficientes. A agente advertiu que esta era uma medida de segurança para, no caso de qualquer incidente, a Polícia saber com quem eu estava a bordo e a que horas eu deixei a terra. Voltei ao povoado com minha licença. O documento foi festejado pelos pescadores. Se, antes, meus interlocutores mais próximos mostravam-se pouco motivados a me levar para a pesca, com a licença minha presença nos barcos foi, algumas vezes, disputada pelos pescadores.

O que chama a atenção neste caso é que ao longo de toda a pesquisa brasileira nenhum pescador exigiu qualquer documento ou licença para que eu embarcasse com o objetivo de ver, *in loco*, as atividades de captura. Nem em minhas conversas com os agentes do Ibama houve qualquer tipo de exigência neste sentido. O único documento que parte dos pescadores artesanais brasileiros tem orgulho de portar – embora isso não seja uma unanimidade entre eles – é a carteira profissional que dá, entre outras coisas, reconhecimento formal da profissão perante o Estado e viabiliza o acesso a alguns direitos como a aposentadoria por tempo de trabalho, invalidez ou o pagamento de seguros em períodos eventuais de proibição da pesca.

¹⁴ Em Portugal o Capitão do Porto é também o comandante local da Polícia Marítima.

Em muitos casos – conforme analisei na tese – os pescadores portugueses recebem com reclamação as determinações legais de uso do espaço pesqueiro, tais como formuladas pela DGPA. E, de modo semelhante aos casos que acompanhei no Brasil, os pescadores carrasqueiros também criam artifícios para burlar regras oficiais no intuito de desempenharem suas atividades de captura, segundo suas próprias convicções. A diferença, no entanto, é que, mesmo assim, os pescadores portugueses sempre me pareceram mais preocupados com o cumprimento das normas oficiais do que os brasileiros – a ponto de não me deixarem embarcar pela ausência de documento oficial.

Em Portugal, o controle da atividade é exercido pela burocracia estatal – que eu próprio pude experimentar na qualidade de pesquisador conforme demonstrado anteriormente – e complementado por uma intensiva atuação da fiscalização desempenhada pela Polícia Marítima em cima da chamada “pequena pesca”. De acordo com os relatos dos carrasqueiros, as multas [coimas] aplicadas pela infração a qualquer norma são consideradas muito altas e por isso os pescadores, em geral, tentam estar em dia com todas as licenças profissionais. A inscrição formal na profissão não garante os mesmos direitos que no Brasil, mas mantém os pescadores a salvo das multas.

ALGUNS APONTAMENTOS FINAIS, OU PARA QUE SERVE A VIAGEM?

As duas situações brevemente apresentadas – a construção da nacionalidade no trabalho de campo e a relação com as regras oficiais para o exercício da profissão de pescador artesanal em mares portugueses – me levam, primeiramente, a uma conclusão bastante óbvia: como etnógrafo, eu nunca as teria experimentado sem viajar.

O trabalho com pescadores brasileiros certamente me colocou em contato com um universo que eu não conhecia, afinal, antes da etnografia em Ponta Grossa dos Fidalgos, não possuía nenhuma relação com pescadores ou pescarias. Diferenças culturais ou mesmo de classe social existentes entre mim e meus interlocutores do norte fluminense foram quase sempre evidentes; no entanto, experimentar a alteridade de maneira mais radical, do tipo que incide sobre a nacionalidade e tudo que envolve seu conjunto de símbolos e práticas, só mesmo viajando para mais longe.

Do mesmo modo, ter que lidar com a burocracia de outro país para o exercício de uma atividade a qual sempre desempenhei sem nenhum empecilho enquanto desenvolvi o trabalho de campo no Brasil – ou seja,

observar as atividades pesqueiras embarcado com meus interlocutores – também foi algo com que só pude ter contato experimentando a vida em outra sociedade.

Ainda que eu não fosse visto como “brasileiro” – ou seja, dentro do estereótipo compartilhado pelos portugueses que leva em consideração os fenótipos, a corporalidade e as atividades profissionais passíveis de serem desempenhadas –, as relações desenvolvidas durante o trabalho de campo com os pescadores carrasqueiros fizeram com que eu me percebesse mais “brasileiro” do que eu imaginava.

A residência na Carrasqueira foi fundamental para construir uma relação mais aproximada com os pescadores. Tal proximidade, no entanto, não garantiu que eu pudesse embarcar para acompanhar as atividades de captura sem portar um documento que autorizasse minha presença no mar. Na realidade, meu julgamento, como “bom brasileiro”, era que, mais cedo ou mais tarde, os pescadores iriam se acostumar comigo e, ainda que transgredindo uma determinação legal, eles me levariam para observar as pescarias. Isso de fato não ocorreu, e eu só pude embarcar quando retornei à Carrasqueira portando a licença conferida pela Capitania dos Portos de Setúbal.

Refletindo sobre os dois casos, estou certo de que houve uma quebra mútua de paradigmas em meu encontro com os pescadores portugueses. Eles percebiam a existência de um “outro Brasil” através de mim, colocando em questão suas percepções tradicionais e estereotipadas do que é “ser brasileiro em Portugal”. Eu, pelo meu lado, me descobria cada vez mais brasileiro na relação com eles e em minha impaciência com a burocracia portuguesa – afinal, estava mais acostumado do que imaginava com a maneira particularista e pessoal que em geral usamos para encaminhar nossas demandas cotidianas.

Para entender o modo como meus interlocutores lidavam com as normas oficiais sem cair no frágil argumento materialista de que “eles as cumprem porque a multa é muito alta”, tive que me afastar também da maneira como lidava com as normas dentro dos meus próprios códigos. Dito de outro modo, entendo que a obediência às regras em Portugal tem mais relação com a cosmologia republicana – do jeito português, é claro – materializada nas práticas de meus interlocutores do que propriamente pelo medo de perder dinheiro para o Estado.

Depois de passados quase dois anos de meu retorno ao Brasil, percebo agora que a experiência da viagem etnográfica é capaz de nos levar para caminhos, na maioria das vezes, não planejados. Este deslocamento radi-

cal, tão estimulado em nossa academia e considerado tradicionalmente uma ferramenta indispensável para compreender outras culturas e outros modos de vida, no fundo, só faz sentido mesmo para aquele que o protagoniza, ou seja, para o etnógrafo. Pois é ele – arrisco dizer – mais do que os grupos sociais os quais deseja estudar quem retorna para casa ontologicamente transformado, tendo acessado partes importantes de sua própria subjetividade que não conheceria se permanecesse na pretensa segurança de sua cultura nacional.

ABSTRACT

Between October 2010 and July 2011 I participated on the first Capes-FCT studies mission entitled “Modernity and Justice: controversies, public affairs and political participation in comparative perspective, Portugal / Brazil”. During this period I was received in Lisboa by the staff of the Social Studies Centre from Universidade Nova and accomplished an ethnographic research on Carrasqueira – small peasant and artisanal fisherman village located on central shore of the country. This report aims to present some reflections on the experience of displacement highlighting some situations that occurred during fieldwork on which I was surprised with cultural codes much different from those that were part of my socialization as Brazilian and anthropologist.

Keywords: *Travel report; ethnography; alterity.*

REFERÊNCIAS

CASTRO FARIA, Luiz de. *Antropologia – Escritos Exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico*. Niterói: EdUFF, 2000.

COLAÇO, José. Um Outro Olhar sobre Ponta Grossa dos Fidalgos: Usos da fotografia na pesquisa antropológica. *Revista Comum*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 27, jul.-dez. 2006.

_____. Variações Sazonais e Conflito no povoado pesqueiro de Ponta Grossa dos Fidalgos, Rio de Janeiro. *Cuadernos de Antropologia Social*, Buenos Aires, n. 31, 2010a.

_____. Pesca e Segredo na Lagoa Feia. Ensaio Fotográfico. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 19. 2010b. (PPGAS/Usp).

_____. “Pescador que é Pescador enfrenta até o IBAMA!”: notas para a etnografia de um conflito na Lagoa Feia. In: ADOMILLI, Gianpaolo et al. (Orgs.). *Povos e Coletivos Pesqueiros. Estudos etnográficos e perspectivas socioantropológicas sobre o viver e o trabalhar*. Rio Grande: FURG, 2012.

COLAÇO, José; VOGEL, Arno & VALPASSOS, Carlos. História de Pescador: O direito do ponto de vista nativo. *Revista Arquivos de Direito*, Nova Iguaçu, ano 7, v. 1, n. 9, 2007.

COLAÇO, José; VOGEL, Arno. O Duro, a Pedra e a Lama: a etnotaxonomia e o artesanato da pesca em Ponta Grossa dos Fidalgos. *Revista Antropolítica*, Niterói, n. 19, p. 165-90, 2005.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

FREYRE, Gilberto. *Um Brasileiro em Terras Portuguesas. Introdução a uma possível luso-tropicologia, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas, da África e do Atlântico*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1953.

MALINOWSKI, Bronislaw K. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Pensadores)

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, p. 36-46.

SIMMEL, Georg. O Estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. (Col. Grandes Cientistas Sociais).